

Estado e Migrações Internas: Um Programa “Antirreforma Agrária” no Centro-Oeste

Marco Aurélio Corrêa de Araújo*

Introdução

O presente trabalho consiste em um esforço inicial em buscar através da investigação sobre a trajetória histórica da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), compreender como a produção da região Centro-Oeste foi se adequando à lógica do capitalismo monopolista que havia se consolidado no território nacional. Destarte, entendemos que o processo de migração e o processo de modernização agrícola foram fundamentais para a consecução da lógica do capital monopolista em tal região. Neste ínterim, percebemos que migração e modernização agrícola foram processos que caminharam juntos e que fazem parte do amplo programa “antirreforma” agrária racionalizado pelo Estado brasileiro. O Estado esvazia regiões com grande concentração demográfica nas áreas rurais, o que poderia gerar tensões sociais devido a demanda por terra, e incentiva a ida dessas levas de pessoas pobres para outras regiões onde indústrias já haviam se assentado e que necessitam de mão de obra.

Para o Estado isso seria resolver dois problemas de uma vez só: ter controle social sobre aquela parcela que poderia se manifestar pela falta de terra e ao mesmo tempo atender a demanda por mão de obra que o avanço do capital monopolista¹ exigia. Essas ações do Estado através de seus diversos organismos, como por exemplo o INCRA, é o que consideramos um programa “antirreforma agrária”.

Especificamente na relação do Estado com as empresas multinacionais, estas últimas “não só precisam de um Estado, como de um Estado realmente mais forte que o Estado nacional ‘clássico’ que as capacite, ao menos em parte, a superar as contradições econômicas e sociais que periodicamente ameaçam seus gigantes capitais” (MANDEL, 1982, p. 232). O Estado militar, e também o Estado pós-ditadura, no Brasil serviu categoricamente a estas necessidades, e no que tange ao Centro-Oeste a afirmação é a mesma, pois garantiu às empresas monopolistas multinacionais e nacionais a reprodução de

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás.

¹ No contexto de nossa abordagem, entendemos que o capitalismo monopolista é aquele que ultrapassou os limites regionais e nacionais, ganhando uma configuração internacional, ou seja, quando se tem a busca crescente de exportação de capital. E esta exportação do capital, leva, cada vez mais, a uma maior centralização e concentração de capital nas “mãos” das grandes empresas que, aos poucos, monopolizam o mercado. São as chamadas empresas monopolistas.

seus grandes capitais na região, e ainda controlou qualquer reação social que manifestasse críticas ao sistema.

Em face disso, o presente artigo tem como proposta analisar e compreender, no intervalo de tempo entre 1967-1990, como as questões da modernização agropecuária, expansão das fronteiras, busca de mão-de-obra e conflitos agrários estão inseridas no contexto das migrações internas, contexto o qual se insere na trajetória da SUDECO. Diante disto, pode se ter uma apreensão de como as migrações internas foi de grande relevância para garantir a expansão do capitalismo monopolista em uma região, até então, considerada um “espaço vazio” no território nacional. A justificação da análise temporal entre 1967-1990 se assenta no fato de que a documentação que teremos como base para se investigar o processo de migrações fazer parte do acervo documental da SUDECO, instituição a qual teve seu período de existência entre estes anos.

Conhecendo o contexto das migrações no Centro-Oeste

Tentaremos conhecer a nível regional como ocorreu o processo de migração/colonização no Centro-Oeste; Qual foi o papel da SUDECO neste processo; E qual era o interesse do Estado em incentivar esta movimentação populacional no país, principalmente sobre a região em foco.

No que diz respeito às migrações internas no território nacional, é mister saber que o Ministério do Interior (MINTER) que era encarregado por toda movimentação populacional no país. Este Ministério foi criado pelo decreto lei número 200/1967, sendo-lhe atribuído o encargo de atuar na área de radicação de populações, ocupação de território e migrações internas (SUDECO 09. *Análise do projeto de reestruturação do SIMI e sugestões para o aperfeiçoamento do sistema*. Ministério do Interior. 1977, p. 03). Desde já é importante ressaltar que existem vários conceitos de “migração”, e neste caso adotaremos o seguinte: “Seu caráter essencial é que constitui uma mudança de lugar de domicílio, ou mudança de residência ‘usual’: o reinício da vida em um lugar novo e distinto” (ELIZAGA; MACISCO JR., 1975, p. 8 *apud* MACIEL, 2008). A adoção do conceito, neste sentido, se justifica pela adoção deste entre os principais estudiosos de migrações internas no Brasil, que aprofundaram, e aprofundam, de forma categórica - em nosso ponto de vista - a discussão da problemática em discussão.

Maciel (2008), que é uma de nossas referências para o desenvolvimento do trabalho, na referida obra faz uma análise em torno das migrações, e por isso é trabalho base para o desenvolvimento deste artigo. Entretanto, assim como em relação a sua outra obra (MACIEL, 2010), nesta também existem diferenças de objetivos e amplitude de nossa abordagem com a dela. Em sua obra voltada para a discussão das migrações, Maciel buscou entender até que ponto foi a intervenção do Estado militar sobre a distribuição da população no território nacional, para assim identificar os elementos que se traduziram em ações com vistas a garantir a segurança nacional. Neste sentido, a colonização oficial foi a base para a análise da autora. E é justamente neste ponto que existe a diferença de amplitude com seu trabalho, o que se justifica pela seguinte questão: como estamos analisando o avanço do capital monopolista, ou seja, dos grupos mais capitalizados da sociedade, a migração/colonização privada ganha maior destaque, já que foi uma das formas encontradas pelo Estado em aliança com a burguesia nacional e internacional, para expandirem suas terras e seus lucros. Analisaremos alguns casos de colonização oficial, porém, ver-se-á ao longo da discussão um maior grau de importância da colonização privada, a qual, no que tange a referida obra de Maciel, não identificamos, e que por isso ver-se o mesmo tema que são as migrações, mas com amplitude, objetivos e sentidos diferentes.

Dando então continuidade em nossa análise, deve-se mencionar que havia três tipos de migrações: a individual, a de grupo e a maciça (impulsionada). Ocorre que existe, também, uma tipificação para a colonização – o que acaba sendo uma coisa ligada à outra – as quais são: a colonização espontânea (que consideramos no mesmo sentido da migração individual), a dirigida pelo governo (ligado as migrações maciça), e a promovida por empresas privadas (migrações em grupo). Esta tipificação de migração/colonização é importante para que se tenha um esclarecimento das singularidades dentro deste processo que foi determinante para o avanço do capital monopolista.

O processo de ocupação (com a migração/colonização) intensificou-se na região Centro-Oeste a partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970, porém as primeiras experiências de colonização são datadas na década de 1940. Em 1941, foi criada a Colônia Agrícola de Goiás (GO) e, em 1943, a Colônia Agrícola de Dourados (MS) (SUDECO 50. *Histórico de ocupação agrícola do Centro-Oeste*). Estudos Científicos e Técnicos. Sem data, p. 04). Portanto, este processo de colonização que se mistura com as migrações internas no

território brasileiro iniciou-se desde o período da Fundação Brasil Central (FBC)², em que a preocupação com a segurança nacional já era assunto que estava em pauta. Sendo assim, o Governo Federal buscou de todas as formas garantir a defesa da integridade territorial do país, e a primeira atitude, nesse sentido, foi a ocupação imediata das áreas vazias do seu interior. Junto com a questão das migrações passa a fazer parte da mentalidade do governo central a busca pelo desenvolvimento regional - o que acabam sendo processos que andam juntos e que se misturam - o que resulta na criação das superintendências regionais.

Estas diversas superintendências (SUDECO, SUDAM, SUDENE, e etc.) voltadas para o desenvolvimento de determinadas regiões brasileiras vinculavam-se ao MINTER. E voltando-se especificamente ao caso da SUDECO sabe-se que houve uma sobreposição de competência entre esta e a SUDAM³. Diante disto, competia ao MINTER coordenar o planejamento e a execução de ações conjuntas destes dois órgãos na vasta sub-região denominada Amazônia Legal.

Neste contexto da trajetória histórica da SUDECO é importante destacar que os temas migração/colonização e reforma agrária são problemáticas interligadas e que fazem parte de uma mesma realidade, que se resume em atender os interesses do Estado central militar que estavam à frente do capital monopolista. Diante da questão da baixa densidade demográfica encontrada na região Centro-Oeste o governo central vai investir na formulação de políticas de migração internas - as quais de fato são colocadas em prática – e conhecendo um pouco deste contexto fica mais fácil se entender o porquê de os temas migrações/colonização e reforma agrária serem interligados.

Neste sentido, é importante a compreensão da ideologia presente na doutrina de segurança nacional – no caso o controle da população e o combate aos movimentos de origem esquerdista - na qual se encontrava toda uma fantasia e um discurso inventado pelos militares. Este discurso se resumia em eles – os militares - combaterem seu “inimigo interno”, que eram os comunistas que se juntariam para acabar com a ordem da nação.

² Em 1943 foi criada a Fundação Brasil Central, primeira instituição brasileira veículo de intervenção do Estado sobre o Centro-Oeste, que veio promover a urbanização e a modernização econômica e sociocultural, favorecendo, deste modo, a integração dessa área, de grandes proporções geográficas e de incalculável potencial econômico ao contexto nacional brasileiro (MACIEL, 2005, p. 03). A Fundação Brasil Central existiu por quase 25 anos, sendo extinta já no regime militar, em 1967. Pelo mesmo decreto em que extingue a FBC é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Sobre o assunto, ver: Araújo (2012).

³ Para maior esclarecimento ver em: Araújo (2012).

Antes de dar continuidade a este assunto do combate ao “inimigo interno”, deve-se destacar a relação entre a ótica da doutrina de segurança nacional com o “fenômeno” das migrações internas no território brasileiro. Segundo Maciel (2008, p. 05, 06, 07), todo o movimento de população pelo território nacional tem sido determinado pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente, sendo que no início da década de 1970 as palavras de ordem do governo central do período eram “segurança e desenvolvimento”. O porquê deste período pode ser explicado pelo fato de ser neste início de década instituído o Programa Nacional de Apoio as Migrações Internas (vinculado ao Ministério do Interior), o qual tinha como “objetivos” (pelo menos na teoria) oferecer assistência ao migrante carente; atuar no sentido de orientar os fluxos migratórios para determinadas áreas do território nacional, as quais se encontravam parcamente habitadas e economicamente inexploradas, ou também, áreas onde iam-se implementar grandes empreendimentos governamentais (hidrelétricas, projetos de exploração mineral, rodovia Transamazônica, etc.); e, também, atuar em áreas de expulsão demográfica, no recrutamento, triagem e encaminhamento de trabalhadores para áreas carentes de mão-de-obra.

Voltando-se ao assunto do combate ao “inimigo interno”, em uma reflexão sobre a questão do combate aos movimentos de esquerda encontramos a ligação existente entre migrações e reforma agrária. Um exemplo modelar disto foi o combate às ligas camponesas do Nordeste que defendiam a reforma agrária, que foram “desintegradas” com o incentivo à migração para a região da transamazônica. Deve-se aqui destacar que a repressão dos militares no pós-64 já havia surtido efeito neste processo de “desintegração” das ligas camponesas, e as migrações entram como um dos instrumentos utilizados pelo governo central para reforçar este combate. A partir deste episódio o Governo Federal passou a ver as migrações como uma solução para o problema do combate às ligas camponesas, em que com a dispersão de seus componentes para outras regiões ficariam sem união necessária para terem força frente à sociedade e principalmente sobre o Estado. Deve-se salientar que estes migrantes tinham o papel fundamental de ocupar espaços vazios, regiões de fronteira e terras indígenas, papel este presente na ótica da doutrina de segurança nacional criada pela Escola Superior de Guerra – ESG.

O encarregado de efetuar a tramitação destes migrantes foi o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (1970), que era responsável pela colonização oficial que se resumia em assentamentos (agrovilas) de pessoas com baixa renda

(despossuídos marginalizados). Além da colonização oficial tinha-se também a colonização privada⁴, que cabia ao INCRA apenas orientar e que era feita pela iniciativa privada. Esta colonização se caracterizou com a migração individual ou em grupo, e não a maciça, a qual os militares tanto buscaram controlar. Havia duas formas de se efetivar uma colonização privada, que era através das cooperativas de agricultores ou de empresas, que eram compostas por pessoas com cabedais (com capital), sendo o oposto daquelas que faziam parte da colonização oficial. Contudo, através de exemplos de colonização particular e colonização oficial, buscaremos demonstrar como o Estado – neste caso representado fundamentalmente pelo INCRA – vai realizar, na verdade um programa “antirreforma agrária”, o que concomitantemente atendeu ao capital monopolizador.

No discurso do Estado central o INCRA deveria fazer um programa de reforma agrária, mas foi na verdade um programa “antirreforma agrária”. O processo de migração no Centro-Oeste explica isso. Na região verificamos vários exemplos de incentivo, por parte do Estado, para que ocorressem migrações, já que esta era considerada um “vazio demográfico/espço vazio”. Dentre as levas de migrantes mais relevantes que chegam à região podemos destacar: os nordestinos que se fixaram principalmente nas áreas urbanas de Brasília; e também paranaenses, gaúchos e paulistas que são incentivados pelo fato de que em suas regiões já se ter uma ocupação monopolizada das terras. A colonização, tanto oficial quanto particular, tirou excedentes populacionais das regiões do Nordeste, do Sul e do Sudeste, constituindo-se em uma saída para minimizar os problemas sociais do país. Assim, ocorreu uma corrida desenfreada para o Centro-Oeste e Norte do território nacional, proporcionada pela busca de uma nova opção de subsistência. Neste contexto houve a chegada de levas de posseiros, peões, gatos, grileiros, latifundiários, empresas, técnicos e etc.

Cabia, portanto, ao Centro-Oeste - até então uma região com grande quantidade de terras devolutas a serem exploradas e capitalizadas – atender a esta demanda de migrantes que vinham de regiões com “insuficiência”⁵ de terras ainda a se capitalizar. Com isto, o

⁴ A colonização particular/privada “é aquela realizada por empresas particulares de colonização, devidamente registrada no INCRA, em terras particulares ou públicas, submetendo à aprovação deste instituto os seus projetos de colonização para cada área. A clientela potencial dos Projetos de Colonização Particular é a do tipo empresarial, constituída por agricultores de média renda, com tecnologia mais avançada e possuidores de crédito bancário” (SUDECO 41. *Processo de ocupação em Rondônia*. Migrações/Colonização. Sem data, p. 26).

⁵ Colocamos insuficiência entre aspas pelo fato de que, havia esta falta de terras a grande parte desta população regional não pelo fato de fisicamente não ter suficiente para todos, mas sim por que os grandes latifundiários

Governo Federal resolveria dois problemas com uma única solução que foi a migração/colonização: controlar os movimentos, ou possíveis surgimentos de movimentos, que defendiam a reforma agrária em regiões com “insuficiência” de terras; e, também, modernizar/capitalizar regiões onde ainda não se tinha uma ocupação efetiva da terra nos moldes do capital monopolista, o que foi garantido com a colonização particular.

A partir dos exemplos de colonização particular e oficial no Centro-Oeste percebemos, então, o porquê de o INCRA fazer na prática um programa “antirreforma agrária”, pois suas ações foram no sentido de beneficiar o grande capital monopolista⁶. Beneficiamento este que foi no sentido de bloquear/sufocar qualquer movimento dos trabalhadores/proletários, os quais poderiam, através da organização e conscientização de seus movimentos, gerarem “problemas” para a expansão do capital.

Os trabalhadores eram explorados de forma compulsória, vivendo em condições de vida necessária para a sobrevivência, sem mínimas chances de ter uma digna qualidade de vida. No Centro-Oeste esta situação dos trabalhadores se intensifica na segunda metade da década de 1970, com o avanço do capital monopolista através das empresas nacionais e multinacionais que investiram na região.

As consequências para os descapitalizados

A atuação do Estado no processo de migração/colonização resultou em um bloqueio da reforma agrária no país – como já frisamos de um programa antirreforma agrária – o que efetivou uma maior concentração da terra e da riqueza na região. No “fluxo” deste processo os trabalhadores foram “reduzidos à condição de sem-terra, de sem-teto, de sem-emprego, de sem-escola, de sem-saúde, de sem-transporte...” (PICOLI, 2006, p. 69). Na busca desenfreada de preencher “os chamados ‘espaços vazios’, que na verdade eram povoados por índios, posseiros e garimpeiros, são loteados em mapas e vendidos aos barbatões pelo mundo afora” (KOWARICK, 1995, p. 31, *apud* PICOLI, 2006, p. 62).

e as grandes empresas – (também o capital monopolista, pois nem toda grande empresa é monopolista) – já haviam monopolizado quase totalidade delas.

⁶ Como foi colocado o INCRA beneficiava principalmente o grande capital, e por isso pode-se perceber o fato de uma das bandeiras mais importantes das elites ser a reforma agrária/ “antirreforma agrária”. Com isso, “o objetivo era aumentar a produtividade e os lucros, abrindo novos espaços à penetração do complexo agroindustrial de maquinário e fertilizante, além de fixar o camponês em sua área, vendo a diminuir os problemas decorrentes da migração aos centros urbanos” (PICOLI, 1996, p. 36).

Um modelo exemplar destes resultados negativos que surgem como consequência do avanço do capital monopolista sobre o Centro-Oeste, é a questão da população se tornar massivamente urbana. Silva (2003) destaca os motivos que levou a este alto índice de urbanização:

A população tendeu a se tornar massivamente urbana, motivada pelas crises na agricultura, pela expulsão dos camponeses determinada pela incorporação ou açambarcamento de suas terras pela produção comercial ou ainda pela especulação imobiliária e, finalmente, pela 'modernização conservadora' (autoritária e seletiva) imposta pela política agrária e agrícola do regime ditatorial instalado em 1964. (Idem, p. 145).

Verifica-se que a opressão e a exploração imposta aos trabalhadores do campo pelo grande capital e pelo Estado se generalizavam por todo território nacional, e na região Centro-Oeste não foi diferente. Intensificam-se os movimentos dos trabalhadores rurais (camponeses, sem-terra, assalariados), que são a expressão mais evidente da questão social no campo. Estes, por sua vez, se caracterizam pela existência de amplos contingentes da população rural subsistindo em condições de extrema pobreza, derivadas da expropriação e da impossibilidade econômica e jurídica de acesso à propriedade da terra, bem como da remuneração insuficiente do seu trabalho. Outra importante característica são as relações de dominação política a que estão submetidos os trabalhadores na agricultura, marcadas, em muitas situações, pela violência do poder privado dos grandes proprietários legitimados pela omissão ou conivência do Estado.

Sem oportunidade no campo, estes trabalhadores se deslocaram para os centros urbanos tornando-se, em grande parte, marginalizados desempregados. Com o êxodo rural se tem a proletarização de milhões de camponeses submetidos a relações de trabalho de superexploração, o que é o desdobramento mais grave no aspecto social.

Como afirma um estudo do departamento de geografia e história da UNB, voltado para a concentração capitalista no campo no caso do eixo Ceres-Anápolis (SUDECO 36. *Concentração capitalista no campo e migração populacional: o caso do eixo Ceres-Anápolis*. Estudos Científicos e Técnicos. 1983, p. 07-08), o êxodo rural no Brasil é um processo de expulsão com a concentração capitalista no campo, que se traduz pela concentração fundiária, transformação da lavoura em pastagem (pecuarização) e modernização da agricultura. Verifica-se que a pecuarização, modernização e a propriedade legal da terra estão estreitamente vinculadas à grande propriedade. De forma que a saída de

pessoas do campo resulta dessa interação. Com isso, percebe-se como o desenvolvimento capitalista no Brasil e na região Centro-Oeste levou a um grande processo de movimentação populacional pelo território, com idas e vindas de famílias, que em busca de uma melhor condição de vida acabaram atendendo as reivindicações do grande capital.

É importante chamar atenção de que o INCRA com os projetos de colonização oficial, em alguns casos, facilitou a aquisição de terras para os assentados, porém, como já relatamos, não ofereceu infraestrutura. Não interessava para o Estado central militar dar um apoio efetivo aos migrantes, pois o que realmente interessava eram os grandes projetos privados liderados pelos grupos econômicos nacionais e internacionais. Isto justifica a escolha do Estado em ter uma economia dependente, já que para a burguesia nacional obter seus benefícios foi necessário associar-se ao capital externo. Neste sentido, com a falta de apoio estes migrantes vendem suas pequenas glebas de terra – já que não tinham possibilidade de desenvolvê-las por questões financeiras e técnicas – se tornando mão-de-obra para as empresas nacionais e internacionais agregarem valor com seu trabalho (PICOLI, 2006, p. 59).

Vele destacar que nem todos saíram do campo e foram para o meio urbano, e por isso, grande parte daqueles que persistiram em ficar no campo foram submetidos a relações de trabalho escravo, como a escravidão por dívida, ou como também é conhecida *peonagem*.

A expansão do capital pelo Centro-Oeste através da modernização agropecuária e do processo de migração/colonização ocorreu de forma conservadora, ou seja, o Estado com suas políticas agrícolas e de colonização reforçou a tendência concentracionista. Portanto, aquele discurso de fixar o homem à terra não pôde ser atingido,⁷ antes pelo contrário, levou ao oposto com à expulsão do homem do campo.

Neste sentido, ressaltamos uma colocação de Martins (1980) esclarecedora deste processo:

É desse ponto de vista, ideológico, capitalista e dominante, que não se pode falar em distorção na execução dos planos. O homem é usado como desbravador do território, como amansador da terra. São na verdade pioneiros de formas sociais e econômicas de exploração e dominação

⁷ Em documento elaborado pelo MINTER (SUDECO 53. *Políticas de Migrações Internas*. Ministério do Interior. 1976), encontra-se o mencionado discurso por parte do Estado em fixar a população carente a terra. Destacavam que deveria haver uma “maior racionalização dos movimentos populacionais e um maior aproveitamento do dinamismo dentro do planejamento para o desenvolvimento.” E por isso, “as migrações internas deveriam solucionar o problema de emprego, basicamente no meio rural, prevalecendo a ideia de fixação do homem ao campo” (Idem, p. 16).

vinculadas às classes dominantes e ao Estado (MARTINS, 1980, p. 115, *apud* SUDECO 36, p. 24).

Enquanto a mão-de-obra do homem descapitalizado foi necessária para o avanço do capital no campo, esta foi utilizada como “ponta de lança” para a ocupação de regiões com pouca utilização de terras nos moldes capitalistas. Entretanto, com o avanço tecnológico, com a modernização agrária, sua força de trabalho não era necessária de forma integral, e por isso foram abandonados neste processo, e os resultados para estes foram os mais infelizes possíveis, sendo marginalizados pelo subemprego. Como destaca Silva (2003, p. 136), “os efeitos dessa modernização sobre a força de trabalho no campo foram: a ampliação da proletarização do camponês; o aumento de emprego temporário e a consequente deterioração das relações de trabalho.” Ainda segundo o autor,

a modernização da agricultura levou à ‘substituição das antigas e tradicionais formas de trabalho na terra, pela mecanização’, transformando ‘o antigo morador, agregado ou parceiro, e até mesmo o empregado permanente’ em ‘assalariado sazonal, safrista, volante’, mais conhecido como ‘boia-fria’ (HEINEN, 1996, p. 34, *apud* SILVA, 2003, p. 136).

Verificamos uma posição da SUDECO, e de outros órgãos representantes do Estado, em seu discurso, e uma posição inversa em suas ações práticas. Buscar-se-á mediar esta relação entre discurso e prática no que tange ao envolvimento do Estado na questão da reforma agrária na região Centro-Oeste.

Percebe-se muito discurso e muitas folhas gastas em documentos oficiais que trazem uma demagogia, planos que nunca foram realizados na íntegra. O Estado Federal, através de seus vários órgãos (MINTER, FUNAI, INCRA, SUDECO, SUDAM e etc.) apoiou, e apoia o avanço dos capitalizados em detrimento dos descapitalizados, em que os últimos, no encaminhamento do processo, continuam servindo de massa de manobra para a intensa exploração imposta a estes, tanto no meio rural como no urbano.

Referências

ARAÚJO, Marco Aurélio Corrêa de. *Estado e Planejamento: a Sudeco e o avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste (1967-1990)*. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2012.

MACIEL, Dulce Portilho. *Atuação da SUDECO e seus efeitos (1967-1990): um olhar a partir de “dentro”*. Anápolis: 2010.

_____. *Migrações Internas no Brasil (1970-1990): questão de segurança nacional*. Anápolis: 2008.

_____. Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro. *Artigo divulgado na revista Plurais*. 2005, p. 145-161.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 219-242.

PICOLI, Fiorelo. O capital e a devastação da Amazônia. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 36-69.

SILVA, José Santana da. *A CPT Regional Goiás e a questão Sociopolítica no Campo*. Goiânia: 2003.

Documentos da SUDECO

SUDECO 09. Ministério do Interior. Sem data.

SUDECO 36. *Concentração capitalista no campo e migração populacional: o caso do eixo Ceres-Anápolis*. Estudos Científicos e Técnicos. 1983.

SUDECO 41. *Processo de ocupação em Rondônia*. Migrações/Colonização. Sem data.

SUDECO 50. *Histórico de ocupação agrícola do Centro-Oeste*. Estudos Científicos e Técnicos. Sem data.

SUDECO 53. *Políticas de Migrações Internas*. Ministério do Interior. 1976.

SUDECO 58. *COOPERCANA: estatuto social*. Migrações/Colonização. 1985.

SUDECO 60. *Colonizadora Bandeirante (COBAN)*. Migrações/Colonização. Sem data.

SUDECO 61. *Colonizadora Bandeirante (COBAN)*. Migrações/Colonização. 1982.

SUDECO 62. *COOPERCANA: relatório da diretoria e balanço geral do exercício de 1984*. Migrações